



Universidade Federal
de Ouro Preto

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - UFOP

ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

BACHARELADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**ESTÍMULOS MOTIVACIONAIS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
ADQUIRIDA: CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO FÍSICA.**

ELISÂNGELA DE FÁTIMA MACEDO

PAULA DE LOURDES ROCHA

OURO PRETO

2021

ELISÂNGELA DE FÁTIMA MACEDO

PAULA DE LOURDES ROCHA

**ESTÍMULOS MOTIVACIONAIS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
ADQUIRIDA: CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO FÍSICA**

Trabalho apresentado ao curso de Educação Física da
Universidade Federal de Ouro Preto para a conclusão do
curso, sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Ernesto
Antonelli.

OURO PRETO

2021

FICHA CATALOGRÁFICA

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

M141e Macedo, Elisangela De Fatima .
Estímulos motivacionais para pessoas com deficiência adquirida
[manuscrito]: contribuições da educação física. / Elisangela De Fatima
Macedo, Paula De Lourdes Rocha. - 2021.
39 f.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Ernesto Antonelli.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Escola de Educação Física. Graduação em Educação Física .

1. Inclusão na Educação Física. 2. Educação física para pessoas com
deficiência. 3. Motivação (Psicologia). I. Rocha, Paula De Lourdes. II.
Antonelli, Paulo Ernesto. III. Universidade Federal de Ouro Preto. IV.
Título.

CDU 376:796

Bibliotecário(a) Responsável: Soraya Fernanda Ferreira e Souza - SIAPE: 1.763.787



FOLHA DE APROVAÇÃO

Elisângela de Fátima Macedo

Paula de Lourdes Rocha

Estímulos Motivacionais Para Pessoas Com Deficiência Adquirida: contribuições da Educação Física

Monografia apresentada ao Curso de Educação Física da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Graduação em Educação Física

Aprovada em 07 de Dezembro de 2021

Membros da banca

Professor Dr. Paulo Ernesto Antonelli - Orientador / Universidade Federal de Ouro Preto - MG.
Professor Dr. Renato Melo Ferreira - Membro da Banca / Universidade Federal de Ouro Preto - MG.
Professor Dr. Heber Estáquio de Paulo - Membro da Banca / Universidade Federal de Ouro Preto - MG.

Professor Dr. Paulo Ernesto Antonelli, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 07.01.2022



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Ernesto Antonelli, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 07/01/2022, às 10:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0265522** e o código CRC **D176F2D3**.

AGRADECIMENTOS

Graduanda Elisângela:

Agradeço primeiramente a Deus, meu condutor que se faz sempre presente na minha caminhada me sustentando com sua mão poderosa. Aos meus pais que são minha base e meu exemplo de vida, ao meu esposo Daniel que sempre me apoiou e incentivou, ao meu filho Darlan que sempre me compreendeu e também me acompanhou nessa caminhada. Aos meus 08 irmãos e familiares, que sempre estiveram do meu lado me lapidando a ser uma pessoa melhor. Agradeço a minha amiga e parceira de projeto Paula Lourdes Rocha: você foi essencial para o nosso sonho acontecer, nossa sintonia é mágica. Ao professor Paulo Ernesto Antonelli por ser uma excelente referência a esse projeto, seu carisma, inteligência e amor pelo que faz me impulsiona. Aos meus amigos da turma 17-1 da UFOP, especialmente Jessica Marotta que me ajudou, me aconselhou e foi um grande suporte ganhei uma amiga que espero levar para vida inteira. Agradeço às minhas colegas de trabalho e a Bruna que foram fundamentais para essa etapa concluída. Agradeço a todos professores que tive a honra de conhecer cada um com jeito e particularidade contribuíram para o meu conhecimento, crescimento pessoal e acadêmico. Agradeço minhas inspirações para esse projeto meu sogro Anisio (in memoriam), meu irmão Derli, meu amigo Rômulo ambos usuários de cadeira de rodas pessoas guerreiras, que me ensinaram que a vida é para ser vivida e agraciada que me motivam com suas histórias de garra e superação. Ninguém pode te parar a não ser você mesmo.

Graduanda Paula:

Primeiramente, a Deus, pela minha vida, e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste trabalho. Aos meus Pais que me deram toda a estrutura para que me tornasse a pessoa que sou hoje pela confiança e pelo amor que me fortalece todos os dias. Ao meu irmão que esteve ao meu lado me incentivando e ajudando em tudo que foi possível. Ao meu namorado, Douglas, pela paciência nos momentos que estive ausente para execução deste trabalho, por ter me dado todo o apoio que necessitava nos momentos difíceis, todo carinho, respeito, e por tornar minha vida cada dia mais feliz. A Maria, o presente mais inesperado e maravilhoso nesse final de graduação, que

está quietinha na barriga esperando apresentação desse trabalho e dando força para não desanimar. Ao meu orientador, professor Dr. Paulo Ernesto Antonelli, pelo ensinamento e dedicação indispensáveis no auxílio à concretização desse Trabalho de Conclusão de Curso. A Elisângela, pessoa mais especial que a UFOP me deu, minha dupla e amiga para vida toda! Obrigada por não me deixar desistir. Gostaria por fim de agradecer a todos que contribuíram diretamente, ou, indiretamente, para que este trabalho fosse realizado.

EPÍGRAFE

“A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades.”

Paulo Freire

RESUMO

Este trabalho pretende relacionar as dimensões dos aspectos referentes à busca da qualidade de vida das pessoas com deficiência física, adquirida ou congênita, focando a necessidade de questionar e investigar a forma com que, muito especialmente, os usuários de cadeira de rodas aderem a prática de atividade física visando a saúde física e mental, bem como, procurar entender os fatores motivacionais que levam o indivíduo com deficiência adquirida a se manter em uma atividade física, ou, abandoná-la por completo. O estudo que, inicialmente foi desenhado para ser uma pesquisa de campo, em razão do estado pandêmico instaurado pela COVID-19, foi então configurado no universo da revisão de literatura e contemplou parâmetros do contexto motivacional, no contexto dos usuários de cadeiras de rodas, procurando identificar como essa parcela da população é atendida e inserida socialmente pelas práticas de exercícios como uma estratégia de promoção de saúde física, mental e de qualidade de vida.

ABSTRACT

This work intends to relate the dimensions of the aspects related to the search for the quality of life of people with physical disabilities, acquired or congenital, focusing on the need to question and investigate the way in which, in particular, wheelchair users adhere to the practice of physical activity aiming at physical and mental health, as well as trying to understand the motivational factors that lead the individual with acquired disability to maintain a physical activity, or, to abandon it altogether. The study, which was initially designed to be a field research, due to the pandemic state introduced by COVID-19, was then configured in the universe of literature review and included parameters of the motivational context, in the context of wheelchair users, seeking to identify how this portion of the population is served and socially inserted by exercise practices as a strategy to promote physical, mental and quality of life health.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	12
2.	REVISÃO DE LITERATURA.....	15
2.1.	DEFICIÊNCIA, ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO: UM DEBATE ANTIGO..	15
2.1.1.	O conceito de deficiência ao longo da história da humanidade.....	15
2.1.2.	Deficiência congênita e deficiência adquirida: Reflexões sobre inclusão e diversidade.....	18
2.1.3.	A Inclusão Social de pessoas com deficiência	21
2.1.4.	Processo evolutivo da inclusão social.....	24
2.2.	EDUCAÇÃO FÍSICA E A PRÁTICA ESPORTIVA PARA USUÁRIOS DE CADEIRAS DE RODAS.....	26
3.	ATIVIDADE FÍSICA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: ABORDAGENS METODOLÓGICAS.....	29
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES.....	36
5.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	37

ESTÍMULOS MOTIVACIONAIS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA ADQUIRIDA: CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO FÍSICA.

Elisangela de Fátima Macedo

Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil

Paula de Lourdes Rocha

Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil

Paulo Ernesto Antonelli.

Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil

1. INTRODUÇÃO

O esporte para usuários de cadeira de roda foi inserido na sociedade nas últimas décadas, no Brasil, o início de tais práticas se deu por volta de 1950 através do barquete, do handebol e do rugby adaptado para usuários de cadeiras de rodas. A prática de esportes para um atleta com deficiência congênita vem sendo estudada nos últimos anos, contudo observa-se a escassez de pesquisas que circundam a questão do esporte para indivíduos com deficiência adquirida (SILVA et al, 2019).

Por outro lado, as dificuldades de acesso que os usuários de cadeira de rodas têm em academias, lugares públicos, clubes (muito especialmente em Ouro Preto e Mariana – MG) demonstra a falta de eficácia no atendimento dos direitos para essa parcela da população¹, e presenciada pelos moradores dessas cidades, este estudo surge da perspectiva das autoras sobre a situação dos cadeirantes na região em que habitam. Entender e compactuar com as necessidades dos usuários de cadeiras de rodas é imprescindível para integrar a pessoa com deficiência no meio social, melhorar sua qualidade de vida e lhe proporcionar a independência necessária para conseguir gerenciar suas necessidades e garantir seus direitos, como por exemplo, a prática de atividade física. A inserção no esporte e a continuidade de uma prática esportiva é o resultado da combinação de fatores motivacionais intrínsecos e extrínsecos que podem ser trabalhados em conjunto ou isoladamente em um indivíduo (SILVA et al, 2019).

¹ *As autoras do presente estudo, antes do ciclo pandêmico, realizaram visitas de observação aos locais aos locais das práticas de atividades físicas.*

Os fatores intrínsecos são muitos, mas três deles servem como instrumento norteador, sendo o primeiro deles a necessidade da prática de atividade física para o bem estar físico e motor do indivíduo que decide aderir um programa de atividades físicas e iniciar uma prática, muitas vezes recomendada por médicos, fisioterapeutas e psicólogos para fortalecimento muscular e liberação de hormônios. O segundo fator intrínseco surge do interesse em retomar aspectos de normalidade e independência, principalmente em casos de deficiência adquirida, e o terceiro fator intrínseco carrega as características essenciais da personalidade do indivíduo, ativas ou motivadas, responsáveis pela visão de si mesmo do indivíduo inserido no ambiente que o cerca (SOUZA, 2018).

A motivação extrínseca, por sua vez, trabalha com questões do ambiente, como a influência do meio social no indivíduo e a resposta dos mesmo para tal. Este tipo de motivação, tem como origem fatores externos ao praticante, muitas vezes afeta a intensidade e continuidade do indivíduo na prática esportiva, pois é uma motivação externa à prática, não sendo vinculada aos objetivos centrais pelos quais ele deveria ser praticado. O tópico da motivação é visto em outras pesquisas sobre o tema (SOUZA, 2018).

Weinberg e Gould (2017) em sua investigação afirmam que, o entendimento da motivação do esporte, age em conjunto com as percepções motivacionais presentes em um indivíduo, permitindo pautar a razão da prática de exercícios físicos e mensurar os objetivos dos indivíduos que optam por iniciar uma atividade física. Este estudo surge da necessidade de questionar e investigar a forma em que os usuários de cadeira de rodas, após um evento limitador em suas vidas, voltam a se inserir na prática de atividade física visando a manutenção da saúde física e mental. Desta maneira, busca-se entender os fatores motivacionais que levam um indivíduo com deficiência física adquirida ou congênita a manter em longo prazo uma atividade física ou abandoná-la por completo, contribuindo assim para o desenvolvimento de melhores abordagens de estímulo à prática de atividades físicas regulares em usuários de cadeiras de rodas.

Entende-se que a Educação física se relaciona com diversos aspectos referentes à qualidade de vida, especialmente quando inseridos no universo das pessoas com deficiência adquirida ou congênita. A prática de atividade física pode ser vista como um “privilégio”, levando em consideração restrições pessoais, culturais e até mesmo as questões estruturais que dificultam o acesso à prática de atividades físicas, uma realidade comum, principalmente, em cidades históricas. Portanto, parece ser extremamente relevante propor novos estudos

acerca da prática de esportes em indivíduos com deficiência adquirida ou congênita na intenção fomentar o debate sobre a prática de esportes para usuários de cadeira de rodas.

Mazzotta e D'antino (2011) levantaram questionamentos acerca da inclusão de pessoas com deficiências e necessidades especiais na cultura, esporte e lazer, fomentando o debate com diversos outros autores que abordam temáticas paralelas e complementares. De acordo com Samulski (2002) a motivação é um processo ativo que ambiciona atingir a uma meta, a qual depende de fatores intrínsecos (pessoais) e extrínsecos (ambientais) para ser efetivada em uma mudança de rotina e/ou práticas regulares. Assim sendo, o objetivo deste estudo é identificar os fatores motivacionais determinantes para os indivíduos com deficiências adquiridas se insiram ou deixem de se inserir na prática de atividades físicas. Apresentada a diretriz geral deste trabalho de pesquisa, os temas desenvolvidos sustentam-se em três eixos gerais, tal qual como se segue:

- Análise da motivação como um processo ativo dependente da interação de fatores intrínsecos e extrínsecos, através da Teoria de Autodeterminação (TAD), com base em Souza (2018):

A TAD está constituída por três tipos de motivação: a motivação intrínseca, a motivação extrínseca e amotivação. A motivação intrínseca está associada à tendência natural e inata do indivíduo em procurar desafios únicos, em explorar e aprender, ou seja, os indivíduos realizam a atividade pelo prazer e interesse inerente à atividade [...]. A motivação extrínseca está relacionada às expectativas externas e é vista como a autorregulação porque apresenta quatro estilos regulatórios: a regulação externa, e introjetada, a identificada e a integrada que variam de acordo com o nível de autonomia do indivíduo. A amotivação é caracterizada pelo sentimento de incompetência, o indivíduo não se sente competente para agir (SOUZA, p.21, 2018)

- Estudo geral do perfil experimental dos praticantes de esporte após um evento limitador em sua vida, através da identificação e comparação dos quadros de motivação intrínseca e extrínseca, visando correlacionar fatores que sirvam para o desenvolvimento de novas abordagens de trabalho buscando melhor desempenho funcional dos indivíduos como aponta Vieira (2010).
- Elaboração do contexto histórico geral acerca do conceito de deficiência Teixeira e Guimarães (2006) visando contextualizar o histórico da deficiência com o objetivo de

lançar luz ao debate das questões da deficiência adquirida, preconceito e da prática de atividade física, não só como forma de melhora da saúde e qualidade de vida, mas também como um fator de inclusão social.

Mazzota e D'antino (2011) demonstram a importância de um trabalho de inclusão social através da atividade física com usuários de cadeiras de rodas na intenção de se desenvolverem dentro da instituição social, tendo em vista que o direito à cultura e ao lazer abrange também a prática do esporte. Estruturar uma sociedade apta a atender os usuários de cadeira de rodas, implica na estimulação motivacional à prática de atividades físicas dessa parcela da sociedade, através do acesso e promoção de estímulos e visibilidade da prática esportiva.

De sorte que, é também propósito deste estudo, concordando com Booth et al (2005) ao ressaltar que, para uma investigação científica de sucesso deve-se trabalhar com estratégias para se constituir uma nova informação para o campo científico e assim colaborar para a solução de um problema já existente, ou, lançar novas contribuições para um fenômeno já identificado, porém pouco desenvolvido no meio acadêmico.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. DEFICIÊNCIA, ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO: UM DEBATE ANTIGO

2.1.1. O conceito de deficiência ao longo da história da humanidade

As autoras Teixeira e Guimarães (2006) revisam a história da deficiência através do tempo, contextualizando as estruturas sociais em que os deficientes foram expostos ao longo da História. Quando inseridos em um contexto religioso, a deficiência era vista como castigo divino pelos pecados do indivíduo ou de sua família, o que resultava em sua exclusão dentro da própria família e meio social, a salvação da alma não era alcançada pelos deficientes. Investigando antes da datação cristã, os estudos sobre deficiências físicas podem ser encontrados desde o ano de 384 a.C, estudiosos antigos como Aristóteles classificava a

deficiência como um nível de inferioridade humana, ao passo que era normalizado a execução de crianças deficientes. Não somente nesta região, mas em todo o mundo se encontram relatos de descaso, abandono e execução da população deficiente.

A Idade Média, influenciada pelo Cristianismo e pautada no novo testamento, trouxe o conceito de caridade aplicada a pessoas com deficiência, como forma de penitência e redenção dos pecados de quem se prestasse a esse tipo de caridade, mesmo que o 'diagnóstico' da deficiência congênita ou adquirida variam continuamente com questões de possessão demoníaca e bruxaria, muitas vezes resultando em mortes, linchamentos públicos e exílio da população com deficiência. As culturas ao redor do mundo tinham noções diferentes em como tratar a população deficiente, o que variava entre a proteção, adaptação ou abandono.

O desenvolvimento de auto estima, identidade e sentimento de pertencimento a um meio social para as pessoas com deficiência tem sido uma luta e um processo de conquistas de direitos desde a antiguidade, a estigma da incapacidade daqueles que são diferentes enquadrando as pessoas com deficiência em um modelo assistencialista, a qual o imaginário coletivo ainda rememora conceitos medievais de dependência, castigo divino e incapacidade mesmo que de maneiras sutis e, muitas vezes, inconscientes mas que são replicados enfaticamente, através da falta de acessibilidade, da dificuldade em se realizar políticas públicas e ações de inclusão abrangentes. Incluir as pessoas com deficiência significa oferecer oportunidades de maneira integrada suprimindo barreiras físicas e pré-conceitos existentes é oferecer o compromisso da adaptação.

No Brasil colonial no século XVIII, o mesmo conceito de 'castigo divino' se repetiu até o século XIX e somente após a revolução francesa foram instaurados conceitos médicos e pedagógicos voltados para população deficiente, institucionalizando o indivíduo portador de deficiência como um integrante ativo da sociedade. Esse acontecimento trouxe consigo avanços tecnológicos para os portadores de deficiência, como muletas, bengalas, cadeiras de rodas, braille e da linguagem brasileira de sinais (TEIXEIRA E GUIMARÃES, 2006).

A constituição de 1988 foi responsável por reconhecer a diversidade da sociedade brasileira e quebrar o modelo assistencialista vigente na época, o que possibilitou assegurar igualmente oportunidades para indivíduos diferentes inseridos na sociedade. Tendo em vista que 10% da população brasileira é composta por pessoas com deficiência de todos os tipos (de acordo com o IBGE), o conceito de deficiência no Brasil trabalha de acordo com as

recomendações da OMS (Organização Mundial de Saúde) e da ONU (Organização das Nações Unidas) e atualmente protege por lei essa parcela da população contra discriminação, com ações afirmativas, como reserva percentual de vagas de empregos e garantia de acessibilidade a locais públicos, eventos e centros educacionais além de campanhas de conscientização (TEIXEIRA E GUIMARÃES, 2006).

A compreensão do conceito de deficiência passou por diversos contextos desde a antiguidade até a contemporaneidade, as percepções sobre essa parcela populacional influenciaram nos modelos de tratamento das pessoas com deficiência, passando pela exclusão, crítica, valorização, inclusão e todos os aspectos que se relacionam diretamente com o período histórico, social, econômico e político, como aponta Corrent (2016).

O histórico da humanidade sempre retoma para um ponto em comum: a discriminação e segregação daquilo que lhe é diferente, a população com deficiência foi enquadrada nesse aspecto e por vezes ao longo da história e sofreu violências ao invés ser inserida e amparada socialmente e por esta razão muitas gerações foram consideradas fracassadas e ignoradas pela sociedade até que os tópicos de inclusão e acessibilidade fossem realmente inseridos socialmente e seus direitos conquistados.

No Brasil as raízes da falta de inclusão da população com deficiência são tão extensas quanto qualquer outra sociedade, trabalhar em prol do acesso à população com deficiência em escolas, setores de trabalho, lazer e mídias é uma forma de promover oportunidades justas e combater a discriminação e o subconsciente coletivo de incapacidade das pessoas com alguma deficiência congênita ou adquirida ao longo da vida (CORRENT, 2016).

As pessoas com deficiência passam por processos de crescimento e amadurecimento paralelos ao da população que não limites mais expressivos conotando: o processo escolarização tornando-se um desafio, o ingresso ao ensino superior e aos cursos de capacitação ampliados pelas dificuldades, e, no meio profissional existem problemas quanto a questão de remuneração adequada e acessibilidade que começam desde o momento de contratação e vão até as condições de acesso aos espaços de convivência. Por mais que muito tempo tenha se passado desde os primeiros olhares tidos para com os indivíduos com deficiência, ainda existe um caminho a ser percorrido, para não somente integrar essa população de maneira burocrática, mas sim efetivar os direitos essenciais da população com deficiência a todas realidades, tornando o convívio com a diversidade somente mais uma das

realidade possíveis em uma sociedade, uma realidade inclusiva de verdade, e não algo fora do comum e meramente burocratizado e penalizados em caso de não cumprimento.

2.1.2. Deficiência congênita e deficiência adquirida: Reflexões sobre inclusão e diversidade

Durante o século XX, após as Grandes Guerras, o retorno dos soldados mutilados trouxe a necessidade de reabilitação da população atingida pela guerra, trazendo novas questões sociais a serem tratadas. Após a mutilação dos soldados pelos embates, juntamente com os traumas psicológicos, percebeu-se a inevitabilidade de reinserir os soldados de volta na sociedade de acordo com sua nova realidade. Assim surgiram os primeiros modelos médicos que tinham como objetivo normalizar as condições de deficiência adquirida que outrora fora vista como maldição divina e inferioridade humana, para uma condição suscetível a todo ser humano e passível de tratamento. A normalização da deficiência congênita e da deficiência adquirida deu início ao processo adaptação social que legitimou a inclusão desses indivíduos na sociedade (TEIXEIRA E GUIMARÃES, 2006).

Mattos (2015) em seu levantamento acerca da temática da deficiência física, relata que tanto a deficiência congênita quanto a adquirida, os indivíduos passam por processos diferentes a respeito ao desenvolvimento humano ao longo da vida, acontecimentos importantes e grandes transições, podem ter maior ou menor impacto sobre o indivíduo dependendo da necessidade do portador de deficiência; a principal delas é a aceitação da condição de deficiência em que lhes é imposta, no caso da deficiência adquirida o entendimento da nova realidade é um processo que o indivíduo precisa se adaptar novamente perante aos outros do seu convívio. Crianças com deficiência em fase escolar são as que mais sofrem com esse processo, no caso da deficiência congênita que acompanha os processos evolutivos de uma criança existe uma adaptação “natural”, no caso da deficiência adquirida existe uma nova realidade a ser assimilada por ela e pela família.

Os indivíduos que possuem deficiências físicas congênitas, seja qual for o motivo, desde o nascimento passam por estes mesmos processos desde a infância, pois precisam entender qual sua diferença em relação a outras pessoas e como irão lidar com elas. O meio

em que esse indivíduo se encontra é fundamental para ele definir sua identidade frente ao conceito do "normal" difundido pela sociedade (MACEDO, 2008).

A definição do conceito *deficiente* por si só já carrega o estigma da incapacidade, lidamos atualmente com lutas contra o capacitismo, portanto, compreender os processos singulares que essas pessoas vivenciam podem ser utilizados na elaboração de práticas pedagógicas no campo da educação física, visando elaborar práticas capazes de compreender os fatores motivacionais de uma vida fisicamente ativa condizentes com as múltiplas realidades dos portadores de deficiência, independentemente da origem dessa deficiência.

As pessoas com deficiência possuem impedimentos físicos, mentais ou sensoriais que necessitam da adaptação da atividade física para dentro dos padrões motores cabíveis ao indivíduo. A prática da atividade física se torna possível através de adaptações, as interações possíveis com a educação física voltadas para pessoas com deficiência auxiliam na qualidade de vida e na adoção de uma rotina mais saudável, abrindo espaço para que a longo prazo a realização de exercícios não se torne uma obrigação imposta mas uma ferramenta para a independência do praticante e da adoção de um estilo de vida ativo e saudável que independe das condições do praticante e sim são condizentes com sua realidade (LEHNHARD et al. 2012).

Para Othero e Ayres (2012) o Brasil ainda está distante de práticas concretas de assistência a pessoas com a deficiência através do SUS, por mais que existam aspectos positivos acerca da assistência necessária a pessoas com deficiência por lei, a maioria das atuações para essa parcela da população vem de cunho filantrópico e com o prevalecimento de um modelo médico focado nos aspectos orgânicos da deficiência. Atualmente é uma demanda do setor de saúde que a manutenção da mesma, possa acontecer através da intervenção proficiente de programas de atividades físicas, conforme é possível verificar:

As respostas a esta gama de necessidades, e seus múltiplos fatores envolvidos, não se restringem à atuação de um único profissional, ou mesmo somente da área da saúde. As ações devem ser multiprofissionais, interdisciplinares e intersetoriais, para que sejam possíveis respostas mais efetivas às necessidades de saúde das pessoas [...] deve haver uma articulação entre as diversas áreas, por meio de ações integradas. A integralidade é princípio norteador para a apreensão das necessidades dos sujeitos atendidos, bem como para a compreensão e formulação das respostas a serem dadas, incluindo aspectos muito importantes: as necessidades não se resumem à doença; a prevenção e a assistência devem estar articuladas, os problemas são complexos e envolvem o contexto

sociocultural, o usuário é um sujeito (com história, valores, desejos). (OTHERO e AYRES, 2012, p.3)

Os cuidados, e, necessidades de uma pessoa com deficiência, adquirida ou congênita, são diferentes, e, essa diferença não se deve somente por conta da deficiência, mas pela individualidade inerente de cada ser que, ainda de acordo com os autores em tela, chamam a atenção nessa linha de pensamento, informando que, a prática do cuidado garante a integralidade, quando voltado para pessoas com deficiência se levanta necessidade de pensar processos para além do setor da saúde, adentrando o setor pedagógico, social e relacional entre uma comunidade e suas múltiplas desigualdades. Sendo assim, existe uma imprescindibilidade de responder essa demanda através de uma boa estruturação e organização de serviços prestados à comunidade com deficiência e boas práticas de atuação.

A temática de pessoas com deficiência é um tema que discute a diversidade na sociedade e suas múltiplas perspectivas de aplicabilidade como, por exemplo, diversidade no campo do trabalho, da educação, da acessibilidade. Discutir como esses grupos que historicamente foram colocados à margem da sociedade conseguem ser não somente inseridos, mas integrados à sociedade de maneira justa e contextualizada. São muitas as realidades possíveis de uma pessoa com deficiência, sendo um erro singularizar todas as variantes em uma só realidade, pois essa suposição, reduz as possibilidades de ações e trabalhos possíveis voltados para as pessoas com deficiência. Existem muitas lentes possíveis para se enxergar a deficiência e operar esforços em prol das pessoas que têm condições de mobilidade ou mentais diferentes da grande população.

A lente da diversidade pauta a deficiência como uma dimensão das concepções possíveis dentro desse tema, a compreensão de normalidade precisa ser debatida para melhor ser compreendida e, alterada, com interpretações menos capacitistas, legitimando a deficiência como uma forma de normalidade e centralizando as pessoas com deficiência como uma dimensão de relações sociais de normalidade possível, com potencialidades, singularidades e independência.

Ainda existem muitos problemas em se trabalhar a inclusão na pauta de diversidade, pois ainda existe muito enraizado um consciente social que se realiza ações excludentes que dificultam a integração, como a segregação em instituições de caridade, exposição desnecessária de pessoas com deficiência com discursos de superação e compaixão, o que incentiva a caridade sob o rótulo dos "menos favorecidos" e a deficiência como punição

divina. A segregação também acontece em hospitais, instituições psiquiátricas, dentro do espaço escolar por falta de acessibilidade e profissionais adequados para a deficiência do aluno inserido naquele meio e até mesmo no setor profissional com a pouca disponibilização de recursos e vagas.

2.1.3. A Inclusão Social de pessoas com deficiência

A inclusão social só acontece na prática através de leis que garantam os direitos das pessoas com deficiência, sendo efetivadas através de políticas públicas que priorizem os diversos contextos que a população deficiente está inserida, as leis e diretrizes precisam estar de acordo com a realidade com a comunidade local, sendo esta uma forma de assegurar os direitos das pessoas com deficiência a uma vida digna e de qualidade nas esferas referentes ao desenvolvimento pessoal, de trabalho, trânsito, acessibilidade e acesso a cultura.

O estímulo a prática de atividades físicas e a possibilidade de realizá-las, através da acessibilidade e de profissionais especializados para atender essa população, melhora consideravelmente a integridade da saúde, autoestima e motivação do usuário de cadeira de rodas em praticar atividades físicas, tendo em vista que, uma vez que estimulado de maneira correta, a prática de uma atividade física se torna constante. A maior dificuldade atualmente quando se fala de inclusão é de aplicar as propostas a realidade para se ofertar uma vida social digna, esse debate vem desde a antiguidade e passou por várias etapas até chegar ao ponto de inclusão passou-se pelo misticismo, castigo divino e múltiplos contextos históricos e sociais até que se conseguisse assegurar os direitos da população com deficiência. A proposta de amparar as limitações no sentido de conscientização da deficiência física é capaz de promover tanto a saúde física como a saúde mental das pessoas com deficiência os inserindo como indivíduos ativos dentro da sociedade (NOCE, SIMIM, MELLO, 2009).

Lenhard et al. (2012) apontam para a relevância das aulas de Educação Física para o estímulo dos indivíduos com deficiência a desenvolverem práticas de atividades físicas e/ou esportivas. O estudo realizado com pessoas com deficiência física adquirida mostrou que as principais limitações encontradas pelos usuários de cadeiras de rodas enquadram o preconceito, a falta de acessibilidade como fator desmotivacional para a prática de

atividades físicas, concluindo que na maioria dos casos analisados a deficiência física em si não se mostrou um empecilho para a prática de atividades físicas, mas sim fatores externos a nova realidade.

As limitações de acesso e o preconceito que uma pessoa com deficiência passa ao longo da vida interfere diretamente com a motivação de um praticante para iniciar a prática de atividade física e não para a prática da atividade em si por conta de uma deficiência, requer adaptações, técnicas e procedimentos no dia a dia do indivíduo. Lehnhard et al. (2012) também aponta que muitos indivíduos em sua trajetória tiveram pouco acesso a esportes adaptados durante a infância e adolescência ou brincadeiras rotineiras adaptadas para eles, neste sentido como já foi enfatizado anteriormente, a motivação para a prática de esportes se inicia ainda na idade escolar, por esta razão é necessário pensar em problemas no que se refere a estrutura física, como barreiras arquitetônicas muito presentes em cidades históricas

Respaldado novamente por Othero e Ayres (2012) que, ressaltam cinco temas ligados às necessidades da pessoa com deficiência sendo eles: a vivência da deficiência, independência, autonomia e apoio, acesso a direitos, sentido das intervenções, ações e estratégias:

Alinhada à ideia de autonomia/independência, está a noção de apoio e ajuda, como fundamental para as pessoas com deficiência, com base em uma atitude de respeito, compreensão e acolhimento às diferenças [...] a ocorrência de uma deficiência altera – em maior ou menor grau – os modos de vida da pessoa e da família, considerando-se também o universo sociocultural no qual estes estão imersos, uma vez que nele (e a partir dele) estão colocadas as concepções, as explicações e os comportamentos próprios daquele contexto (OTHERO e AYRES, 2012, p.7).

O debate sobre o tema da inclusão é vasto e complexo, como já explicitado neste trabalho, existem diversas barreiras que atrasam o desenvolvimento prático de ações eficientes para as pessoas com deficiência. Preconceitos, discriminação, falta de acessibilidade, modelos educacionais obsoletos e segregadores que reduzem as possibilidades de desenvolvimento e de relações sociais saudáveis.

A construção do imaginário social das pessoas com deficiência estereotipa as relações até os dias atuais e foram uma das principais responsáveis pela marginalização e segregação

da população com deficiência, além de muitas vezes enquadrarem as anomalias psicológicas, fisiológicas ou anatômicas como doenças que exigiam cuidados clínicos e terapêuticos o tempo todo, o que reforçou o estereótipo do indivíduo com deficiência como "inválido" ou "incapacitado".

Após as grandes guerras percebeu-se a necessidade de pensar na população com deficiência adquirida de maneira mais inclusiva, passou-se a olhar as anomalias com olhares menos capacitistas. Em 1981 através de ações da ONU começou-se a realizar ações efetivas em prol dos indivíduos com deficiência, no Brasil essas ações tiveram início com a Constituição de 1988. A Declaração de Salamanca foi um dos resultados das ações globais voltadas para educação e inclusão, o documento elaborado de 1994 com intenção de fornecer diretrizes básicas para a inclusão social na educação e proporcionar o direito da educação básica a todas as crianças, como um movimento dentro dos direitos humanos em que se incluía crianças com necessidades educacionais especiais (MENEZES, 2001).

A declaração expandiu a delimitação do conceito de "necessidades especiais" para indivíduos que tenham deficiências congênitas ou adquiridas tenham o direito de permanecer na escola e de aprender junto com outras crianças, a inclusão e a diversidade devem estar presentes no ambiente escolar, reconhecendo e respondendo às necessidades dos alunos para lhes assegurar uma educação efetiva e inclusão plena no espaço social.

As ações realizadas a partir deste momento foram de suma importância para se mudar o contexto das pessoas com deficiência, porém ainda existem barreiras atitudinais como afirma Lima e Silva (2009), que dificultam a promoção plena dos direitos das pessoas com deficiência, principalmente no âmbito da Educação. As barreiras citadas pelos autores surgem juntamente com a transformação da sociedade. O estigma e a marginalização da pessoa com deficiência é um problema desde o início da organização social e nos atinge até os dias de hoje, existe um modelo comparação de subjetividades das pessoas enquanto modelos sociais que, quando se deparam com o que é diferente, desestabiliza-se o conceito de "normal" e, a partir disso, surgem as barreiras atitudinais e os estigmas.

É preciso desconstruir o subconsciente construído ao redor da pessoa com deficiência, não somente para incluí-la de maneira ativa na sociedade atual, mas para tirá-la do silenciamento imposto a essas pessoas desde o início dos tempos, incentivá-las a se inserir na escola, nas universidades, em uma profissão, em espaços de lazer e cultura e abrir um espaço

social para que essa pessoa consiga ter uma voz ativa dentro de uma sociedade que tanto silencia as pessoas com deficiência.

2.1.4. Processo evolutivo da inclusão social

O início da história das pessoas com deficiência no mundo foi marcado pelo recolhimento dos direitos básicos de um ser humano, justamente por eles não serem considerados membros da sociedade. Essa exclusão social foi o momento predecessor ao processo de inclusão social. Tanto na deficiência congênita quanto na adquirida as comunidades antigas segregavam ou assassinavam essas pessoas, sob a desculpa da incapacidade e eficiência social em que um indivíduo com deficiência não seria útil socialmente.

Essa herança do ser humano e seu aspecto *utilitário* ainda nos persegue enquanto sociedade, pois um ser humano só atinge sua função social plena se for útil ao meio em que vive e, essa capacidade de ser aproveitável só acontece através da condição plena do corpo, ou seja, através do aspecto de normalidade comum a maioria dos membros de uma sociedade.

O avanço do cristianismo trouxe mudanças sobre a questão da *utilitária* do ser e adicionou-se a caridade e o capacitismo como formas de socializar o tratamento de pessoas com deficiência, ou seja, de acordo com o pensamento cristão, mesmo não sendo úteis socialmente, tinham a missão de serem cuidados e contribuir espiritualmente para a evolução de seus cuidadores, sendo às deficiências uma penalidade por pecados passados dos próprios indivíduos ou de sua família, neste ponto se inicia o silenciamento das pessoas com deficiência, pois não eram consideradas aptas a tomar decisões por si mesmas, estando sujeitas ao meio e as pessoas a sua volta. Esse silenciamento ainda ecoa nos dias de hoje sendo relativamente comum, às pessoas com deficiência congênita ou adquirida não terem opção de escolha sobre nada em sua vida estando sujeitas às vontades de seus cuidadores (BELLE e COSTA, 2018).

Todo esse processo de tratamento cruel com as pessoas deficientes atravessou séculos, até que na idade moderna começa-se a olhar para essa população de maneira clínica e digna de cuidados direcionados e especializados, trazendo também o início do debate sobre inclusão social e suas primeiras práticas de cuidado baseados no conhecimento científico, mesmo que em modelos experimentais. A institucionalização cresceu no século XIX na intenção inicial de

inclusão dos deficientes, porém o que aconteceu foi a segregação da pessoa com deficiência, que os expuseram a estudos perversos, constrangimento e perseguição a pessoa deficiente, principalmente após a teoria da eugenia que começou a classificar essa parcela da população como uma ameaça social, a situação piora ainda mais após a segunda grande guerra com as perseguições e práticas desumanas aos seres humanos considerados inferiores (BELLE e COSTA, 2018).

O trauma social após o pós guerra originou a Declaração dos Direitos Humanos que surgiu com o objetivo de evitar que a práticas como essa acontecesse novamente, Belle e Costa (2018) afirmam que a declaração de maneira geral cumpre o que se propõe, garantir direitos mínimos a todos, mas ainda carrega ideologias discriminatórias. O autor traz o trabalho de Piovesan (2012) para tratar do processo de evolução do processo de inclusão social em um primeiro momento se dividiu em duas fases:

Percebe-se que existiam duas fases de proteção dos direitos humanos. A primeira fase é compreendida como a de amparo dos direitos humano, trata-se de proteção genérica e abstrata, com base na igualdade formal e também na não discriminação. Já a segunda fase começa com a especificação do ser humano como sujeito de direitos, marcada pela proteção específica e especial declarada em tratados que visam eliminar a discriminação das minorias (PIOVESAN, p. 43, 2012.).

Os movimentos de inclusão tiveram início com força em 1950 e buscavam tratamento igualitário, não discriminatório para pessoas com deficiência políticas de caráter assistencialista e tratamento humanitário, participação política e participação efetiva na sociedade civil. O debate se tornou ainda mais intenso com a implementação da deficiência adquirida, em 1980 houve grande mobilização e visibilidade da causa que motivou discussões sobre a causa das pessoas com deficiência, campanhas de conscientização, coletivos, grupos de estudos e assim, o avanço sobre os direitos das pessoas com deficiência. Anos após todos os avanços e conquistas em busca da igualdade e inclusão, a luta por uma inclusão efetiva da pessoa com deficiência sempre foi a soma dos esforços da sociedade civil, do Estado e da família dos indivíduos com deficiência, para não serem o centro de situações de abuso, violência e fanatismos que resultam em exclusões e barreiras sociais que reforcem a discriminação e o preconceito.

2.2. EDUCAÇÃO FÍSICA E A PRÁTICA ESPORTIVA PARA USUÁRIOS DE CADEIRAS DE RODAS

A prática de esportes é um método eficiente de se integrar o corpo e a mente e sempre é incentivada como uma forma de se promover a saúde principalmente por conta dessa funcionalidade, quando voltada para a pessoas com deficiência, a prática pode ser a responsável por proporcionar ao praticante, novas sensações, reabilitação muscular, prática de coordenação motora e adaptabilidade além de romper barreiras emocionais e físicas do próprio praticante (LABRONICI et al. 2000).

Por esta razão é muito comum em centros de reabilitação um foco esportivo para reintegrar pessoas com deficiência física congênita ou adquirida de volta à sociedade. De acordo com Labronici et al. (2000) existem três aspectos essenciais referentes a motivação para a prática de exercícios para pessoas com deficiência: físicos, psíquicos e sociais: *aspectos físicos* que englobam a função motora e atividades funcionais dos praticantes, *aspectos psíquicos* que englobam os estados de humor e fatores motivacionais intrínsecos e extrínsecos que permitem avaliar os indivíduos na área clínica e esportiva e *aspectos sociais* como mudanças nas atividades rotineiras de trabalho, lazer e família sendo possível concluir que:

O esporte como atividade física, para deficientes físicos tem vários fatores que levamos em conta: integração social; atividade não passiva e sim mais ativa; independência nas atividades propostas; competitividade; grupos de atividades; atividades individuais; concentração e coordenação; regras (LABRONICI et al. 2000, p.1099)

A prática de atividade física ajuda a diminuir barreiras históricas impostas aos deficientes, dão sentido às políticas públicas de incentivo ao esporte e ações sociais que envolvem a sociedade civil em prol da inclusão e da acessibilidade dos espaços de convivência, principalmente os espaços pedagógicos e esportivos.

- **Possíveis contribuições da Educação Física**

Segundo Zuchetto et al. (2002) "a qualidade de vida está associada ao estado de saúde, longevidade, satisfação o trabalho, relações familiares, disposição para vida entre outros. p. 51" de uma maneira geral a qualidade de vida é definida como um conjunto de características individuais que despertam prazer em viver em um ser humano. Neste contexto, o esporte vem se destacando como uma necessidade humana em realizar atividades que equilibrem lazer e a luta contra o sedentarismo implícito na vida em grandes cidades. Existem muitos benefícios também para a saúde mental das pessoas que têm um estilo de vida ativo e pode ser responsável também por adaptações fisiológicas (agudas ou crônicas) que modificam a forma com que as pessoas realizam tarefas diárias.

Qualidade de vida é um tópico essencial para qualquer pessoa em qualquer faixa etária e a busca por ela deve ser constante para que tenhamos uma existência com saúde, por esta razão a prática de esporte é tão indicada para pessoas com deficiência, pois a inatividade reduz a mobilidade e a disposição do indivíduo. Quando bem orientada a atividade física tem o potencial de expandir a qualidade de vida das pessoas com deficiência física, principalmente os que têm movimentos limitados ou realizam movimentos repetitivos para a realização de tarefas diárias (ZUCHETTO, 2002).

A prática regular de atividade física ao usuário da cadeira de rodas traz benefícios orgânicos no que se refere ao metabolismo, melhora do sistema cardiorrespiratório e do sistema muscular, melhora as condições ósteo articulares, servem também como ferramenta para o convívio social e independência da pessoa deficiente. É importante ressaltar que para cada deficiência e limitação existe um programa de atividade física capaz de se adaptar com sua capacidade funcional, além de servirem também como práticas de reabilitação, quando aliada com sessões de fisioterapia (ZUCHETTO, 2002).

Apesar do amplo conhecimento sobre os benefícios da atividade física, o processo para iniciar uma prática, principalmente em usuários com deficiência física, é um processo que requer apoio, incentivo e, principalmente, oportunidade para que um indivíduo possa ter sucesso no esporte. Um dos maiores empecilhos para o início da prática de atividade física é o medo da rejeição, oportunidade social, acessibilidade e formas de continuidade no esporte. O ambiente esportivo proporciona ao praticante criar um senso de responsabilidade com ele

mesmo, com as pessoas com que convive, com a sua melhoria constante enquanto praticante de uma atividade e com a busca pela sua qualidade de vida (BRAZUNA, 2011).

É de suma importância que a prática de atividade física em pessoas com deficiência seja realizada com profissionais e professores especializados na área, para que a prática da atividade não se torne um outro problema de saúde. É necessário um bom profissional para compreender as limitações de um praticante, criar rotinas de treinos que façam sentido para aquele indivíduo ao mesmo tempo que estimulam a prática com os altos e baixos que muitos praticantes com deficiência física passam ao longo do processo esportivo (BRAZUNA, 2011).

Quando um praticante inicia uma prática de atividade física pode-se esperar bons resultados dessa iniciativa, porém é preciso apoio, paciência, estímulo, condições sociais, oportunidades e, principalmente, profissionais especializados em esportes e prática de atividades físicas adaptadas para orientação ao longo das atividades. O processo de orientação vai desde a escolha da atividade que será praticada, até o desenvolvimento escalonado por dificuldade da mesma, quando feito de maneira incorreta, pode-se causar grandes prejuízos ao praticante, assim como traumas, desestímulos e sentimento de incapacidade, causando efeito reverso a proposta da prática de atividade física.

- **Os fatores motivacionais para a prática de exercícios físicos em usuários de cadeira de roda**

Mesmo sabendo que a prática de exercícios físicos é de extrema importância para a manutenção da saúde, como afirma Noce, Simim e Mello (2009), a parcela populacional com deficiência, adquirida ou não, encontra dificuldades em se iniciar na prática de exercícios físicos e se manter nela, seja por motivação pessoal ou dificuldades sociais.

No que se refere aos fatores expressivos a respeito da motivação e estímulo de um usuário de cadeira de rodas, não somente para o início da prática, mas para sua continuidade, os aspectos motivacionais que levam esses usuários a prática desportiva são resultado dos estímulos extrínsecos e intrínsecos, que segundo Vieira (2010), englobam também fatores ambientais, fisiológicos, psicológicos, fatores individuais e sociais, conscientes e inconscientes.

Compreender como esses fatores agem em sua totalidade em um ser humano, permite potencializar os processos de inserção e manutenção desses usuários quando

inseridos em uma prática esportiva. Segundo Samulski (2002) a definição de motivação vem da totalidade dos fatores que determinam as formas de comportamento voltadas para uma finalidade. Considerando a motivação, um processo ativo depende da interação de fatores pessoais, caracterizados como intrínsecos, e dos ambientais, caracterizados como extrínsecos.

3. ATIVIDADE FÍSICA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: ABORDAGENS METODOLÓGICAS

A abordagem metodológica auxilia no alcance do objetivo almejado, sendo importante compreender a maneira que a pesquisa é realizada, a partir do seu delineamento, descrição do processo de coleta de dados e entendimento de como os dados serão analisados durante o estudo. O presente estudo é do tipo descritivo exploratório, uma vez que o instrumento metodológico deve estar entrelaçado ao problema do estudo (LAKATOS; MARCONI, 2003), para a compreensão da revisão bibliográfica, que procurou descrever a realidade dos usuários de cadeira de roda frente a motivação, e, desmotivação as práticas de atividades físicas, buscando destacar comportamentos/necessidades e a compreensão dos aspectos explorados na literatura, selecionada além de visar também um olhar aprofundado sobre o grupo social em questão.

Foram utilizados como ferramenta metodológica a coleta documental de pesquisas bibliográficas relacionadas ao tema e selecionadas para concretização da resposta às problematizações levantadas na pesquisa, com o foco de produzir informações importantes que, trazem à tona a necessidade de repensar os contextos em que as pessoas com deficiência estão inseridas, como se relacionam com a prática de esportes e com a Educação Física, especialmente, com os usuários de cadeiras de roda (GERHARDT e SILVEIRA, 2009).

Assim, apoiadas nas análises de 18 autores ao longo de todo o estudo, trabalhando os primeiros conceitos de deficiência na história da humanidade, e, sua trajetória até os dias de hoje, procurando descrever a realidade dos usuários de cadeira de roda frente e seus estímulos para prática de atividades físicas, ou não, buscou-se identificar ao longo do percurso histórico da luta da população deficiente por direitos e inclusão social, e, suas necessidades tencionando a compreensão dos aspectos explorados na literatura selecionada, foi possível

aprofundar a compreensão sobre os múltiplos contextos das pessoas com deficiência e as questões que envolvem qualidade de vida.

Quadro 1: Revisão das literaturas abordadas no estudo.

AUTORES E ANO	TÍTULO	OBJETIVO	CONSIDERAÇÕES PRINCIPAIS
Belle e Costa (2018)	Deficiência: luta de séculos pela inclusão social e cidadania.	Discussão acerca da evolução histórica da compreensão da deficiência, as mudanças de seus significados.	As pessoas portadores de deficiência sofreram incontáveis tipos de abusos, discriminação e descaso, sendo ainda recorrente. As pessoas deficientes estão conquistando seu espaço na sociedade de forma lenta na busca de seus direitos e necessitam da atuação do Estado e da família para a concretização.
Booth et al. (2005)	Index for inclusion: Developing learning and participation in schools.	Compilação de materiais como base de apoio às escolas britânicas no processo de desenvolvimento escolar inclusivo.	Apresenta e explica o Index e o que as escolas podem esperar com o seu uso, aponta os indicadores das dimensões políticas, culturais e práticas para a inclusão, além de fornecer questionários para as escolas voltados à educação inclusiva.
Brazuna (2011)	Trajectoria do Atleta Portador de Deficiência Física no Esporte Adaptado de Rendimento.	Análise, a partir de revisão de literatura, das exigências, benefícios e impactos de alto rendimento para o atleta portador de deficiência a partir do início da prática até a aposentadoria.	O fenômeno do esporte adaptado pode ser considerado ainda em sua fase inicial no Brasil, sendo de pouco conhecimento acerca da fase pós aposentadoria. Foi observado que muitos atletas de elite portadores de deficiência inseridos no esporte de alto rendimento dos anos 70 e 80 são a primeira geração de aposentados.
Corrent (2016)	Da antiguidade à contemporaneidade: a deficiência e suas concepções.	Aborda acerca da transformação da deficiência no contexto histórico e busca a compreensão das concepções das sociedades acerca da temática.	Continua-se atribuindo causas preconceituosas e discriminatórias para a deficiência, ainda que tenha sido possível notar progresso, uma vez que o deficiente ainda é visto como diferente da pessoa sem deficiência.
Gerhardt e Silveira (2009)	Métodos de pesquisa.	Disponibilizar ferramentas teórica e metodológicas para pesquisas científicas, diferenciando conhecimento científico de outros tipos e conhecendo métodos e processos de pesquisa.	Aborda os princípios fundamentais da metodologia científica, desenvolve conteúdos sobre pesquisas quantitativas e qualitativas, clarifica quanto a escolha, adaptação, desenvolvimento e aplicação dos instrumentos e técnicas e explica acerca das análises quantitativa e qualitativa.
Lehnhard et al. (2012)	A prática de atividade física na história de vida de pessoas com deficiência física.	Analisa a prática de atividades físicas de pessoas com deficiência física nas diferentes fases	Os nove participantes da pesquisa praticam atualmente diferentes modalidades e seis acreditavam que a deficiência física interferia na prática.

		da vida.	Além disso, observou que sete participantes tinham a crença de que as atividades praticadas em idade escolar influenciaram na prática atual, demonstrando a importância de sua participação nas aulas de Educação Física.
Lima e Silva (2009)	ITINERÁRIOS da inclusão escolar: múltiplos olhares, saberes e práticas.	Apresenta barreiras atitudinais que interferem e impossibilitam a educação de alunos com deficiência na escola.	Destaca como barreiras atitudinais as posturas afetivas e sociais, estas perpetuadas pela ação da escola, que marginalizam, deterioram sua identidade de pessoa com deficiência e restringem suas possibilidades de desenvolvimento e de relação social.
Macedo (2008)	Deficiência Física Congênita e Saúde Mental.	Busca introduzir as diferentes modalidades das deficiências físicas congênitas e destacar o panorama biopsicossocial, determinante para a saúde mental dos portadores de deficiência e na abordagem psicológica de seus pais e familiares.	Reflete sobre as dificuldades emocionais vividas pelos pais desde o nascimento, desenvolvimento de personalidade e integração social dos filhos portadores de deficiência e as vivências emocionais e das dinâmicas sociais a partir das diferenças.
Mattos (2015)	O Processo de Luto diante da Deficiência Física Adquirida: Análise de um Relato de Caso.	Busca debater acerca da aceitação da pessoa com deficiência adquirida e o processo de aceitação da condição.	Noto que tanto a deficiência congênita quanto a adquirida, passam pelo processo de aceitação da condição de deficiência em que lhes é imposta, sendo no caso da deficiência adquirida a compreensão da nova realidade e de readaptação. Constatou também que crianças com deficiência em fase escolar são as que mais sofrem com esse processo.
Mazzotta e D'antino (2011)	Inclusão Social de Pessoas com Deficiências e Necessidades Especiais: cultura, educação e lazer.	Busca discutir algumas questões intrínsecas à compreensão e concretização da inclusão social das pessoas com deficiências.	Demonstrou a importância de discutir sobre espaços sociais e relacionamentos que favorecem ou limitam a inclusão social e escolar de pessoas com deficiência, além de importantes decisões políticas e normativas nacionais. Pontuou os valores e atitudes que colaboram na construção e consolidação de mecanismos de inclusão ou exclusão e ressalta a educação, a cultura e o lazer como espaços fundamentais de poder de mediação para a inclusão social da pessoa com deficiência.
Noce, Simim e Mello (2009)	A percepção de qualidade de vida de pessoas portadoras de deficiência física	Analisou o que a prática de atividade física por 12 semanas casou à percepção do nível de qualidade	Comprovou que o nível de qualidade de vida dos deficientes físicos praticantes de atividade física foi melhor que as do não praticantes.

	pode ser influenciada pela prática de atividade física?	de vida de deficientes físicos.	
Othero e Ayres (2012)	Necessidades de saúde da pessoa com deficiência: a perspectiva dos sujeitos por meio de história de vida.	Buscou identificar pela ótica das pessoas com deficiência suas necessidades de saúde.	Observou que as necessidades pontuadas pelos sujeitos do estudo agregam fatores específicos da assistência em saúde, porém também compreendem outras dimensões, psicológicas e sociais, demonstrando a importância de ações integrais e intersetoriais.
Samulski (2002)	Psicologia do esporte: um manual para a educação física, fisioterapia e psicologia.	Estudar os fatores psicológicos na prática da educação física, fisioterapia e psicologia na	Mostra a motivação como dependente de fatores pessoais e ambientais para que de fato haja mudanças de rotina e/ou práticas regulares e aponta aspectos motivacionais e estimulantes que trabalham em conjunto na manutenção dos indivíduos e os resultados positivos decorrentes da prática de esportes.
Silva et al. (2019)	Orientação motivacional de atletas usuários de cadeira de rodas.	Buscou identificar, comparar e correlacionar a orientação motivacional de atletas em cadeira de rodas nas modalidades de Basquetebol, Rugby e Handebol em situação de competição.	Observou que os atletas têm tendência a motivação orientada para a tarefa, significando que acreditam mais em seus esforços e são persistentes durante a aprendizagem e o aperfeiçoamento, ou seja, tomando cuidado em executar de forma mais correta possível uma tarefa dada a eles.
Teixeira e Guimarães (2006)	Vida revirada: deficiência adquirida na fase adulta produtiva.	Busca analisar a partir de excludente social e laborativa a situação da pessoa deficiente, a deficiência adquirida na fase adulta produtiva e no transcorrer do tempo.	Notou quais os benefícios, a necessidade de habilitação, reabilitação e trabalho, além das suas respectivas repercussões, para a sua recuperação da pessoa com deficiência ou deficiência adquirida e da entidade corporal, a partir das leis, decretos e legislações específicas.
Vieira (2010)	Fatores motivacionais que levam pessoas com deficiências físicas a praticar esportes.	Verificar os diversos fatores motivacionais que levam pessoas com deficiência física a praticar esportes.	Os fatores motivacionais identificados pelo autor foram: retorno financeiro, status pessoal e incentivo da família, com o menor grau de importância; sentimento de realização, apreço a desafios e desejos de novas amizades, considerados importantes; e como pouco importantes p retorno financeiro, incentivo da família e amigos, reconhecimento do desempenho por outros e busca pelo sucesso.
Weinberg e Gould (2017)	Fundamentos da Psicologia do esporte e do exercício.	Busca trazer conceitos importantes da psicologia do esporte e do exercício.	Descreve conceitos chaves do acerca da psicologia do esporte e exercícios, sua prática e analisa a correlação entre o

			comportamento de uma pessoa e seu psicológico.
Zuchetto et al. (2002)	As contribuições das atividades físicas para a qualidade de vida dos deficientes físicos.	Busca compreender e identificar como as atividades físicas podem trazer alterações positivas no organismo das pessoas portadoras de deficiência física.	Ressaltou que a prática regular de atividade física ao portador de deficiência gera benefícios ao metabolismo, melhora do sistema cardiorrespiratório e do sistema muscular, melhora as condições ósteo articulares, além de servir como ferramenta para o convívio social e independência da pessoa deficiente.

Fonte: Quadro de elaboração própria (2021)

O trabalho de Silva et al. (2019) pontua bem a dualidade entre o integrar e o incluir, sendo o integrar é garantir os direitos básicos a essa população e o incluir é realmente tornar a sociedade um espaço acessível e motivador para um indivíduo com deficiência conseguir conviver com a maior independência que suas limitações o permite. Trabalhar com a inclusão é algo muito mais difícil do que simplesmente integrar, pois a inclusão dedica-se a questionar preconceitos antigos, se posicionar dentro de um setor específico oferecendo oportunidades de maneira igualitária, rompendo barreiras sociais e arquitetônicas assumindo um compromisso com a adaptação da sociedade para incluir todos que dela fazem parte. Mazzotta e D'antino (2011) pautam a discussão da inclusão plena trazendo o debate da inclusão para além dos aspectos essenciais - mobilidade, educação e acessibilidade - pautando também a inclusão de pessoas com deficiências e necessidades especiais na cultura, esporte e lazer direitos.

Os autores trabalhados na realização do trabalho apontam a questão do esporte como direito de todos os cidadãos e pautaram também os fatores motivacionais da prática do esporte com um aspecto inerente a qualidade de vida, como afirmam Weinberg e Gould (2017), os usuários de cadeira de rodas que optam, após um evento limitador em suas vidas, a se inserir na prática de atividade física visam a manutenção da saúde física e mental e o fazem através de fatores motivacionais em que autores como Samulski (2002) classifica como um processo ativo que depende de fatores intrínsecos e extrínsecos para que seja realizada a mudança efetiva.

Já o trabalho de Vieira (2010) por sua vez, identificando esses fatores motivacionais em pessoas com deficiência adquirida, conclui que as condições sociais, econômicas e culturais nas quais um indivíduo está inserido; é um dos fatores determinantes para a realização, ou seja, os estímulos necessários para um indivíduo com deficiência se dispor a

realizar atividade física ele precisa se relacionar de maneira positiva com a educação física e seus estímulos, o trabalho de Gerhardt e Silveira (2009) e Booth et al. (2005) trabalham o aspecto da criação de estratégias de adaptação para pessoas com deficiência dentro do esporte.

Toda a revisitação do passado histórico das pessoas com deficiência mostrou abusos e violências factuais vindo da sociedade, família, Estado e igreja. Esses fatores dificultaram o desenvolvimento de identidade e pertencimento das pessoas com deficiência como membros ativos da sociedade. Teixeira e Guimarães (2006) trazem essa contextualização de maneira enfática, trazendo recortes contemporâneos ao debate. Junto a elas Corrent (2016) compara as percepções de deficiência na sociedade em que se passou pela exclusão, crítica, valorização, inclusão e como essas fases da concepção social se relacionam com o período social, econômico e político de uma época a qual podemos ter reflexões sobre questões trabalhadas na prática de atividade física com as pessoas usuárias de cadeira de rodas.

O ponto central desse debate, parece então, convergir no fato que a deficiência foi um processo de busca e entendimento ao longo da história da humanidade, inclusive, para os próprios sujeitos com deficiência, pois o conceito de normal imposto pela sociedade implica (e muito) a questão do ser humano como instrumento social e, como aponta Macedo (2008), a deficiência tem o histórico de carregar o estigma da incapacidade na prática de atividade física, enquanto, na realidade, as práticas elaboradas junto a área conseguem através do estabelecimento de uma vida ativa desencadear os fatores motivacionais de uma vida ativa independente da limitação imposta pela deficiência. Mattos (2015) amplia este debate ao pontuar que a aceitação da condição de deficiência também é um processo para o indivíduo, seja congênita ou adquirida, e perceber-se diferente do meio é um processo que por vezes, passa pelo sofrimento, por isso a necessidade de apoio e métodos para não entrarem em estado depressão ou letargia. Lehnhard et al. (2012) e Othero e Ayres (2012) discutem os tópicos da educação física adaptada como uma prática voltada para a reabilitação, qualidade de vida e manutenção da saúde e, assim como um ser humano sem limitações condicionadas pela deficiência, precisam ser orientadas de maneira correta e adaptada para que se garanta com integralidade a prática de esportes ao indivíduo com deficiência, sendo imprescindível uma boa estruturação de programa de exercício e práticas de atuação que dialoguem com a diversidade e múltiplas perspectivas de aplicabilidade.

Quanto ao processo de inclusão de pessoas com deficiência principalmente no ambiente escolar, crucial para sua inserção nas práticas de atividades físicas, Noce, Simim e

Mello (2009) e Lenhard et al. (2012) levantam pontos acerca da educação especial e da promoção da igualdade através da lei, pois é através de políticas públicas, leis e diretrizes que se altera a realidade de uma comunidade nas esferas de desenvolvimento pessoal, de trabalho, trânsito, acessibilidade e acesso a cultura para se ofertar uma vida social digna e assegurar os direitos da população com deficiência e os inserir como indivíduos sociais ativos na sociedade.

É certo de que as políticas públicas de inclusão são as responsáveis por assegurar direitos, a inclusão e a diversidade adentram o debate como ferramentas para as ações burocráticas realizadas, no entanto outra dificuldade é detectada por Lima e Silva (2009): a barreira das atitudes sociais para com as pessoas com deficiência que marginalizam as pessoas com deficiência como um problema ou doença, demonstrando a necessidade de trabalhar a desconstrução ideológica do termo - deficiência - e o que ele implica e abrange em conjunto com as práticas das atividades físicas. Belle e Costa (2018) complementam o debate com a questão do silenciamento da pessoa com deficiência, que a partir do momento que é considerada incapaz, é tolhida de decidir desde as menores coisas da sua vida, sendo possível esse silenciamento acontecer às pessoas com deficiência congênita e adquirida, além da sua origem histórica, onde os cuidados direcionados e a prática do cuidado era direcionada ou a institucionalização clínica ou a caridade da igreja.

Por fim, percebeu-se que, os autores dessa revisão de literatura convergem em um aspecto comum amplamente trabalhado por Zuchetto et al. (2002), em que a qualidade de vida é um estado que se atinge também através da prática de esportes, pois traz muitos benefícios para a saúde e, quando inserido no contexto de pessoas com deficiência, um estilo de vida ativo trás melhoras exponenciais no quesito de qualidade de vida através das atividades físicas direcionadas e adaptadas aos limites de uma pessoa com deficiência.

Certamente que ainda existem muitas dificuldades que afastam as pessoas com deficiência da prática de esportes e atividades físicas além de espaços adequados que ofereçam suporte ao profissional de Educação Física atuante na área, pois como já explicitado acima, a prática de exercícios físicos para pessoas com deficiências têm processos mais profundos em todas as etapas de realização de uma atividade, como ressalta Brazuna (2011) e Zuchetto (2002). Por isso, os aspectos motivacionais e estimulantes, atuam em conjunto para a manutenção dos indivíduos com deficiência em uma prática esportiva, como ressalta o trabalho de Samulski (2002), e são os princípios norteadores para resultados positivos

decorrentes da prática de esportes para pessoas com deficiência, visto que é o local onde acontece a interação dos fatores pessoais de estímulo com as práticas de motricidade orientadas pelo profissional de Educação Física.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES

Parece imperioso destacar que, as autoras do presente estudo percebem a evolução inclusiva no Brasil enfrentando inúmeras dificuldades, e, por isso mesmo é provável que, a evolução desejada do processo inclusivo, esteja ainda distante, conforme é possível depreender na sinopse histórica realizada neste trabalho.

Focalizou-se também o entendimento dos pontos principais de aspectos referentes à qualidade de vida e ao incentivo da realização de atividades voltadas para a prática de atividades físicas através da facilitação de estímulos extrínsecos e intrínsecos. A revisão de literatura mostrou pontos importantes sobre a questão do estímulo e acessibilidade, a qual se estende aos usuários de cadeira de roda, sendo possível perceber o desafio social a ser enfrentado: para passar por séculos de estigma e segregação, com ações anti capacitistas e inclusivas de verdade, não somente ações integradoras.

A realização dos estudos abarcando este campo da literatura, oportunizou novos olhares para a área de conhecimento produzido. Debater sobre o direito à acessibilidade/educação, e, sua transformação ao longo da história da humanidade, parece significar a abertura de horizontes mais amplos para compreender a promoção da saúde e do bem estar como um dos direitos inalienáveis da pessoa com deficiência. Os autores trabalhados e estudados abordando essa linha de pensamento, embora destacando tópicos centrais diferentes, revelaram pontos em comum em seus discursos e investigações.

Questões como o histórico social da pessoa com deficiência, e, suas consequências foram tópicos sempre pautados, principalmente, por ser um tema que mesmo tão antigo continue tão atual quando se fala sobre os conceitos e pré-conceitos inseridos no imaginário social sobre as pessoas com deficiência e suas limitações o que ainda torna muitos espaços físicos e sociais inacessíveis a pessoas com alguma deficiência.

A literatura contemplada na elaboração do trabalho em si, possibilitou entender o quanto importante é o professor de Educação Física, ou, profissional de educação física especializado na prática de atividades físicas adaptadas, pois um indivíduo ativo fisicamente é

mais participativo em todos os aspectos da sua vida e da sociedade pois concede ao indivíduo qualidade de vida. O processo de inclusão de pessoas com deficiência no esporte depende integralmente de estudos na área e formações técnicas que capacitem os profissionais da área para o contexto da inclusão social e esportiva.

Por esta razão, sugere-se que o tema de esportes adaptados seja ainda mais trabalhado dentro das universidades em disciplinas específicas. Formações complementares e ciclos de estudos voltados para a prática de esportes adaptados e atividade física para pessoas com deficiência, não podem deixar de estarem presentes na formação acadêmica, pois, só assim será possível agir efetivamente junto com às políticas de inclusão e diversidade que vem sendo pautadas nos últimos anos e inserir socialmente esses indivíduos de maneira ativa na sociedade que por tanto tempo foi fonte de segregação e isolamento. Por esta razão, entende-se como fundamental a continuidade deste modesto estudo para que sejam ampliadas as janelas capazes de oportunizar as melhores prestações de serviços da Educação Física em favor das pessoas com deficiências.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOOTH. T.; AISNCOW, M. Index for inclusion: Developing learning and participation in schools. **Centre for Studies in Inclusive education**, 2002.

BRAZUNA, Melissa Rodrigues; CASTRO, Eliane Mauerberg-de. A Trajetória do Atleta Portador de Deficiência Física no Esporte Adaptado de Rendimento. Uma Revisão da Literatura. **Revista Motriz**, v. 7, n. 29, p. 115-223, 2001.

CORRENT, Nikolas. Da antiguidade à contemporaneidade: a deficiência e suas concepções. **Revista Acadêmica Científica**, p. 1-19, 2016.

COSTA, Helen Samara da Silva; BELLE, Helena Beatriz de Moura. Deficiência: luta de séculos pela inclusão social e cidadania. **Revista de Direito Brasileira**, São Paulo, v. 21, n. 8, p. 108 - 125, 2018.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. UFRGS Editora, 2009. 120 p. v. 1. ISBN 9788538600718.

LABRONICI, Rita Helena Duarte Dias; CUNHA, Marcia Cristina Bauer; OLIVEIRA, Acary de Souza Bulle; GABBAI, Alberto Alain. Esporte como fator de integração do deficiente

físico na sociedade. **Arq Neuropsiquiatra**, v. 58, n. 4, p. 1092-1099, 2000.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEHNHARD, Greice Rosso; MANTA, Sofia Wolker; PALMA, Luciana Erina. A prática de atividade física na história de vida de pessoas com deficiência física. **Revista Educação Física UEM**, v. 23, n. 1, p. 45-56, 2012.

LIMA, Francisco José de; SILVA, Fabiana Tavares dos Santos e. Barreiras Atitudinais: Obstáculos à pessoa com deficiência na escola. *In: ITINERÁRIOS da inclusão escolar: múltiplos olhares, saberes e práticas*. 2008. p. 23 - 31.

MACEDO, Paula Costa Mosca. Deficiência Física Congênita e Saúde Mental. *Rev. SBPH*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 1-13, 30 dez. 2008. MACEDO, Paula Costa Mosca. Deficiência Física Congênita e Saúde Mental. **Rev. SBPH**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 1-13, 30 dez. 2008.

MATTOS, Camila Domiciano de. **O Processo de Luto diante da Deficiência Física Adquirida: Análise de um Relato de Caso**. Psicólogo, (2015). Disponível em <https://psicologado.com.br/atuacao/psicologia-clinica/o-processo-de-luto-diante-da-deficiencia-fisica-adquirida-analise-de-um-relato-de-caso> .

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira; D'ANTINO, Maria Eloísa Famá. Inclusão Social de Pessoas com Deficiências e Necessidades Especiais: cultura, educação e lazer. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 377-389, 2011.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. **Verbete Declaração de Salamanca. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/declaracao-de-salamanca/>>. Acesso em 07 nov 2021.

NOCE, F. SIMIM, M. A. M.; MELLO, M. T. de. A percepção de qualidade de vida de pessoas portadoras de deficiência física pode ser influenciada pela prática de atividade física? **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, Niterói, v. 15, n. 3, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbme/v15n3/a02v15n3.pdf>>.

OTHERO, Marília Bense; AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita. Necessidades de saúde da pessoa com deficiência: a perspectiva dos sujeitos por meio de história de vida. **Interface**, v. 16, n. 4, mar. 2012. Comunicação, saúde e educação, p. 219 - 233.

SAMULSKI D. **Psicologia do esporte**: um manual para a educação física, fisioterapia e

psicologia. São Paulo: Manole, 2002.

SOUZA Lima, Roberto. **Esporte paraolímpico: Fatores motivacionais que influenciam a prática do atletismo**. 2018. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Educação Física) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

SILVA, Fábila Freire da; SILVA, Jéssica Almeida da; DUIM, Guilherme Augusto de Souza; JÚNIOR, José Roberto Andrade do Nascimento; ARAÚJO, Paulo Ferreira de. Orientação motivacional de atletas usuários de cadeira de rodas. **Caderno de Educação Física e Esporte**, v. 17, n. 2, abr. 2019. Dossiê de psicologia e esporte, p. 13 - 19.

TEIXEIRA, Angela Maria; GUIMARÃES, Liliana. Vida revirada: deficiência adquirida na fase adulta produtiva. **Revista mal-estar e subjetividade**, Fortaleza, v. VI, n. 1, p. 182 - 200, mar. 2016.

TOLEDO, Luciano Augusto; SHIRAIISHI, Guilherme de Farias. Estudo de caso em pesquisas exploratórias qualitativas: um ensaio para a proposta de protocolo do estudo de caso. **Revista da Fae**, Curitiba, v. 12, n. 1, p. 103-119, jun. 2019.

VIEIRA, Adriana. **Fatores motivacionais que levam pessoas com deficiências físicas a praticar esportes**. 2010. Trabalho de conclusão (Especialização em treinamento esportivo) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

WEINBERG, R. S.; GOULD, D. **Fundamentos da Psicologia do esporte e do exercício**. 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

ZUCHETTO, Angela Teresinha; CASTRO, Rosangela Laura Ventura Gomes de. As contribuições das atividades físicas para a qualidade de vida dos deficientes físicos. **Revista Kinesis**, Santa Maria, v. 26, p. 52 -166, 2002.